



UNIFAP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**“FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO**

MACAPÁ-AP

2017

DIONICLEI DA SILVA MIRANDA
MARJORIE INGRID DE CASTRO SILVA

**“FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO**

Artigo Científico apresentado a Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto.

MACAPÁ-AP

2017

LISTA DE SIGLAS

ALCMS	Área de Livre Comércio de Macapá – Santana/AP
ASPECOAMA	Associação dos Pequenos Comerciantes Autônomos de Macapá
BOPE	Batalhão de Operações Especiais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
DFP	Divisão de Fiscalização e Postura
IBGE	Instituto Brasileiro Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEI	Micro Empreendedor Individual
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PMM	Prefeitura Municipal de Macapá
PREALC	Programa Regional Del Empleo para América Latina y El Caribe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SEMDUH	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional
SEMOB	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

O estudo tem como objetivo apresentar o contexto histórico através do qual se deu a criação do Feirão Popular, localizado no estado do Amapá, cidade de Macapá, bem como traçar o perfil do trabalhador que desenvolve atividades neste local. A partir da realização de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, este texto pretende inserir no meio acadêmico a discussão sobre a informalidade e o trabalho informal representado pelo Feirão Popular, um dos pontos comerciais mais conhecidos de Macapá. A pesquisa teve como sujeitos os trabalhadores, em suas diferentes ocupações, realizada durante os meses de fevereiro a dezembro de 2016, como técnica de coleta de dados foi utilizado questionários semiestruturados, sendo 50 questionários aplicados aos trabalhadores do Feirão, 21 entrevistas realizadas entre os trabalhadores e clientes do Feirão e representantes de órgãos públicos. Pelo estudo concluiu-se que a maior parte dos trabalhadores deste polo de trabalho informal, são de baixa escolaridade, baixa renda e são oriundos de outros estados, o que confirma a tese inicial de que o fluxo migratório tende a refletir sobre o fenômeno da informalidade.

Palavras-Chave: Feirão Popular. Informalidade. Trabalho. Desemprego.

ABSTRACT

The study aims to present the historical context through which the creation of the Popular Fair, located in the state of Amapá, in the city of Macapá, as well as the profile of the worker who develops activities in this place. Based on a bibliographical, documentary and field research, this text intends to insert in the academic environment the discussion about informality and informal work represented by the Popular Feira, one of the best known commercial points of Macapá. The research had as subjects the workers, in their different occupations, carried out during the months of February to December of 2016,

As a data collection technique, semi-structured questionnaires were used, with 50 questionnaires applied to Feirão workers, 21 interviews between Feirão workers and clients and representatives of public agencies. The study concluded that most of the workers in this informal labor cluster are low-educated, low-income and come from other states, confirming the initial thesis that migratory flow tends to reflect on the phenomenon of informality .

Keywords: Popular Feirão. Informality. Job. Unemployment.

1 INTRODUÇÃO

Com as altas taxas de desemprego não somente no Amapá, mas em todo o país, o número de trabalhadores informais cresceu consideravelmente, fato visível principalmente no centro comercial macapaense onde se percebe a presença significativa de vendedores ambulantes em diversas calçadas pelas ruas da área central.

O mercado formal não consegue absorver toda a classe trabalhadora e sem maiores expectativas algumas pessoas acabam buscando na informalidade um meio de sustento para si e seus familiares. Desta forma, o trabalho que começa como algo temporário termina por muitas vezes se tornando o meio de sobrevivência desses trabalhadores, que por não conseguirem retornar para o trabalho regulamentado ou por se adaptarem a informalidade, acabam fazendo dessas atividades sua profissão, seu meio de vida.

Nesse contexto, o presente estudo abrange a temática da força de trabalho informal e a sociedade, mais especificamente aos ambulantes que foram removidos das ruas e posteriormente alocados no Feirão Popular, ao descrever o contexto histórico através do qual se deu a criação do Feirão Popular da cidade de Macapá - AP, uma vez que nos últimos anos houve um aumento considerável de trabalhadores no setor informal.

Desta forma, o trabalho traz uma preocupação para com esta realidade da informalidade no Feirão Popular e permite uma reflexão sobre suas razões e consequências. Apresenta-se como problemática: qual o contexto histórico através do qual se deu a criação do Feirão Popular? Qual o perfil do trabalhador que desenvolve atividades no referido local?

Para responder a esta questão propôs-se como objetivo geral: analisar o contexto histórico através do qual se deu a criação do Feirão Popular. Como objetivos específicos do estudo apresentam-se: 1) Compreender os fatores que resultaram na ação de retirada dos trabalhadores ambulantes das ruas para posterior transferência para o Feirão; 2) Analisar as mudanças ocorridas após a transferência dos trabalhadores das ruas para o Feirão e entender de fato os benefícios e malefícios causados por essa transição; 3) Assimilar o ponto de vista do grupo de trabalhadores e verificar se existe a pré-disposição individual de adentrar no mercado de trabalho formal dentro de empresas ou se formalizar através do Micro Empreendedor Individual (MEI); 4) Traçar o perfil dos trabalhadores do Feirão Popular.

A metodologia utilizada no estudo se constitui através de pesquisa de campo, bibliográfica e documental, realizada no período de fevereiro a dezembro de 2016, como técnica de pesquisa foram utilizadas a observação in loco, a entrevista semiestruturada, aplicação de questionário, consulta junto a arquivos, jornais, pesquisa sobre a literatura, bem como relatórios de órgãos oficiais.

A técnica de coleta de dados, com a aplicação de questionário semiestruturado, as perguntas foram previamente formuladas, o principal motivo deste zelo é a possibilidade de comparação com o mesmo conjunto de perguntas e que as diferenças devem refletir diferenças entre os respondentes e não a diferença nas perguntas (LAKATOS, 1996).

O universo da pesquisa constituiu-se nos trabalhadores do Feirão Popular, situado na Av. Antônio Coelho de Carvalho, entre as ruas Tiradentes e São José, na cidade de Macapá-Ap.

Deste universo, a pesquisa utilizou como amostra 50 trabalhadores junto ao qual foi aplicado questionários, além de entrevistas semiestruturadas junto a 10 trabalhadores, 07 clientes do Feirão Popular, o presidente da Associação dos Pequenos Comerciantes Autônomos de Macapá – ASPECOAMA, o técnico administrativo do Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o chefe de Divisão de Fiscalização e Postura (DFP) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (SEMDUH) e o chefe da Divisão de Feiras e Mercados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC).

Com relação aos dados bibliográficos, estes foram escolhidos a partir das concepções da OIT, os estudos de Cacciamali (2002), Mário Theodoro (2009), Leão (2010), entre outros, que abordam formas de trabalho não regulamentadas e informais, assim como o próprio conceito de setor informal e formal, os documentos consultados foram de órgãos oficiais, como: IBGE, SEMDUH, SEMDEC E SEBRAE.

Durante a realização da pesquisa de campo nos deparamos com algumas adversidades, dentre as quais podemos citar: o receio e a resistência dos trabalhadores em conceder informações e entrevistas gravadas, assim como no caso dos clientes que também hesitaram em gravar as entrevistas; a dificuldade de agendar entrevistas e acesso a dados e informações nos órgãos públicos, em parte devido à burocracia e a falta de disponibilidades dos agentes públicos.

Os dados coletados depois de processados e organizados foram apresentados como forma de artigo científico, em uma abordagem qualitativa e quantitativa.

2 TRABALHO E SOCIEDADE

Com o surgimento e avanço do modo de produção capitalista no séc. XVII, as relações sociais, os costumes, valores e ritmo do mundo do trabalho sofreram impactos e colocaram os trabalhadores diante de uma nova realidade, mais especificamente com advento do capitalismo industrial do séc. XIX. A partir desse período, há uma intensa racionalização do trabalho e ele sai do espaço domiciliar e se direciona as fábricas, neste período houve resistência pelos trabalhadores que entendiam que iriam trabalhar em tempo integral.

A burguesia conseguiu resolver esse problema inicial pagando “salários tão baixos que era necessário penar uma boa dezena de horas por dias ao longo da semana para se ganhar a subsistência” (GORZ, 1988, p. 35; TAPALOV, 1987). Esta racionalização separou o lazer do trabalho, o viver do trabalho, o trabalho não é mais parte da vida, mas separado dela, pois “o espírito do capitalismo cortou o vínculo entre trabalho e vida” (WEBER, 2001), transformando a força de trabalho em mercadoria (MARX, 2013).

O debate sobre o trabalho volta-se para a esfera de produção, mais especificamente as fábricas onde relação trabalho e valor eram intensas, mais estreitas, ou seja, as mercadorias e os valores eram gerados na esfera da produção fabril capitalista. A categoria trabalho se mostra como central na integração e relação social, na modernidade o trabalho é construído historicamente como trabalho assalariado, sendo o mais importante fator de integração social, a forma racionalizada do trabalho permitiu, por sua vez, que a sociedade industrial não só se distinguisse das outras formações sociais previamente existentes, mas também que se auto definisse como uma sociedade de trabalhadores (ARENDDT, 1958; OFFE; 1985).

Na década de 90, surgiram muitas publicações questionando o trabalho como categoria central na sociedade (KURZ, 1992; PERRET, 1995; CASTEL, 1995; FORRESTER, 2000), apesar de o debate ter iniciado anteriormente, alguns autores chegaram a decretar o fim do trabalho como, por exemplo, Gorz (1980, p. 13), pois para ele, há uma crise no movimento operário e esta decorre do fato de que a sociedade entrou na era da abolição do trabalho (GORZ, 1981, p. 1541). Ele reconhece, também, a impossibilidade do proletariado em apropriar-se dos meios de produção, assim abalando a crença de que esta classe lideraria um movimento de

mudança social, pois o próprio sistema econômico teria “aprendido” a lidar com os conflitos e crises cíclicas, evitando seu colapso.

Para Gorz (1980), a crise e fim do proletariado e do marxismo reside na dissociação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento das contradições de classe, que impede o proletariado de acessar e administrar os meios de produção mais complexos. Neste sentido, o avanço tecnológico tende a eliminar o trabalho que envolve o contato direto com a matéria, logo eliminando a classe operária, fator este que encontra eco na teoria sobre o fim dos empregos, quando se aponta que com o desenvolvimento da tecnologia a plenitude do emprego é ameaçada e a produção maximizada.

Para a afirmação da abolição do trabalho e do proletariado é necessário debatermos o tema no âmbito da produção, tomarmos o trabalho em sentido mais rigoroso e estrito, diferenciando atividade humana e trabalho, o trabalho na modernidade é o trabalho que produz mercadoria visando a troca comercial, criação de valor de uso, ser exercido na esfera pública, ter medida baseada no tempo de produtividade e ser assalariado. O simples fato de ser socialmente útil, não é suficiente para caracterizar uma atividade como trabalho (GORZ, 1988, p. 170-171). Em outras palavras, a maioria das atividades fora do âmbito da produção capitalista, não são consideradas como trabalho.

Neste sentido, na visão de Gorz (1988), o trabalho é a atividade racionalmente econômica das fábricas e está decrescendo gradativamente em decorrência das novas tecnologias inseridas nas fábricas. Para ele, a sociedade produz mais com menos trabalhadores, com um quantitativo menor do proletariado e afirma que “[...] a sociedade do trabalho está caduca, o trabalho não pode mais servir de fundamento a integração social” (GORZ, 1988, p. 93).

Apesar das correntes intelectuais que declaram o fim do proletariado e do papel central da categoria trabalho na sociedade, o debate sobre a categoria apresenta seus pontos de conflito, principalmente pela releitura dos clássicos marxianos por teóricos como Georg Lukacs e Antônio Gramsci e da adoção dos modelos previstos por estes intelectuais para a construção de novas abordagens sobre a centralidade do trabalho. Antunes (2004), por exemplo, aponta as principais mudanças no mundo do trabalho como retração do modelo Taylorista/Fordista, aumento do trabalho feminino, formação do novo proletariado fabril e de serviços, crescimento do desemprego estrutural e transnacionalização do capital, para afirmar

que houve uma reestruturação no campo produtivo e uma fragmentação da classe trabalhadora e reafirmar que a categoria trabalho ainda ocupa posição central na sociedade.

Em relação à classe trabalhadora, apesar da retração do trabalhador fabril, este continua sendo o núcleo da classe, porém utiliza uma visão mais ampliada, a classe hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho, e que são despossuídos dos meios de produção (ANTUNES, 1995; 1999). A classe trabalhadora seria muito mais abrangente que o conjunto de trabalhadores das fábricas, esse seria o grande desafio de entender este novo formato e entendê-la como classe, é tão abrangente que inclui os desempregados, pois são em potencial parte utilizável do sistema econômico, nesta lógica, os trabalhadores ambulantes, trabalhadores sem registro ou regulamentação fazem parte desta classe trabalhadora.

Os questionamentos em torno da categoria trabalho, no momento de mudanças no mundo do trabalho do final do século XX e início do século XI, trouxeram novos elementos, fazendo-se necessários debater sobre estes que constituíram lacunas anteriormente existentes. Desse modo, essas mudanças no mundo do trabalho, como a retração do conjunto de trabalhadores fabris, novas formas destes trabalhadores fabris, surgimento de modelos mais flexíveis, acumulação flexível e crescimento do setor de serviço, perfazendo novas possibilidades de analisar o trabalho. Segundo Antunes:

Para se compreender a nova forma de ser do trabalho, a classe trabalhadora hoje, é preciso partir de uma concepção ampliada do trabalho. Ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorporando também a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário (ANTUNES, 2004, p. 342).

Como se pode observar, o mundo do trabalho passou por profundas transformações, como os avanços tecnológicos, flexibilização da produção, aprofundamento das contradições, entre outros, além do fato da não confirmação da tomada do poder pelo proletariado, a ascensão da valorização do conhecimento e da informação, estes e outros fatores afetaram o pensamento sobre a categoria trabalho e colocou em dúvida o modo de ser da classe trabalhadora, apesar destas

alterações, ainda podemos afirmar, sem receio de erro que o trabalho ainda exerce centralidade na sociedade contemporânea, utilizando uma concepção mais abrangente de trabalho que abarca diversas formas de atividades que não estão diretamente envolvidas com o processo de produção, mas dialoga intimamente com ele, no sentido de participar da valorização e acúmulo de capital das classes mais elevadas e reproduzindo em diferentes escalas e formas uma divisão no mundo do trabalho.

3 INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

A noção de “informalidade” surgiu por volta de 1960, com o intuito de dar conta de apreender e explicar esta grande variedade de formas de trabalho que não estão inseridas nas fábricas e empresas de modo legal ou regulamentado. No início havia uma preocupação sobre a integração destes trabalhadores à estrutura econômica vigente, haja vista que eram entendidos como uma situação provisória.

De acordo com Machado da Silva:

Desde sua origem, “informal” tem sido uma noção orientada para discutir “o outro lado” da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho – ou seja, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizado (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 83).

O autor indica que há pesquisadores que atribuíram a criação do termo “setor informal” à Keith Hart, que durante as suas pesquisas em Gana no começo da década de 1970, percebeu o vigor das atividades de ruas, os vendedores e consumidores num mercado em que não eram reconhecidos legalmente, pois apesar das pessoas estarem desempregadas, estavam trabalhando, desenvolvendo e se envolvendo em atividades econômicas que de certo ponto de vista poderiam ser entendidas como associadas a irregularidades e ilegalidade, assim, foi o primeiro a pensar essas relações e grupos sociais como formando uma “economia informal”, termo utilizado por ele em 1970.

O termo “setor informal” foi bastante difundido e utilizado a partir dos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizados no Quênia de 1972 até o início dos anos 80. No final da década de 1960, a OIT havia criado o *Programa Regional Del Empleo para América Latina y el Caribe* (PREALC). Segundo ela, o

desenvolvimento econômico não estava sendo suficiente para a formação de um mercado de trabalho e economia equilibrados, o que não daria condições para o surgimento de melhores salários, principalmente para a parcela da população que estava na pobreza absoluta.

Baseado nas análises de Hart (1971), a OIT publicou estudos sobre o tema, onde as atividades irregulares eram vistas e entendidas como constituintes de um “Setor”, e desenvolveram uma nomenclatura que se tornou um importante foco nas discussões sobre o mercado de trabalho na contemporaneidade: o “Setor Informal Urbano”. Até por volta dos anos 70, a discussão entre os teóricos assentava-se no ideal do pleno emprego, na expansão do assalariamento em todas as esferas da vida econômica e no papel dinâmico da indústria, sempre tomando como um modelo a ser alcançado a social-democracia europeia.

Na década de 1980, alguns fatores afetaram a perspectiva de análise do setor informal, como cita Machado da Silva (2002, p. 90): O crescimento do desemprego e a crise da social-democracia, a expansão de atividades empresariais e de uma economia de mercado, já anteriores ao desmonte final da URSS, a acelerada expansão da força de trabalho no setor de serviço e sua importância cada vez maior para a acumulação, tanto em âmbito global quanto nacional, tudo isso vinha provocando efervescência na controvérsia sobre os usos sociais do trabalho.

Essas mudanças trouxeram indagações e questionamentos em torno das categorias e conceitos analíticos e teóricos diante de uma reorganização estrutural da economia e do modo de produção, para Antunes:

A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser (ANTUNES, 1995, p. 15).

A partir desta década, o mundo do trabalho presenciou um recuo das bases de produção fordista-taylorista, inaugurando outras formas organizacionais de produção e a que obteve maior destaque foi o modelo chamado de Toyotismo, pautado na ideia de flexibilização. Devido aos seus resultados financeiros e seu

poder de expansão, “flexibilização” é a nova ordem, flexibilização da produção, dos contratos, do estoque, do trabalho.

Para ampliar as análises acerca da informalidade, Cacciamali (2002) propõe quatro conceitos: “processo de informalidade” - processo pelo qual há a reestruturação produtiva e as mutações das relações de trabalho, “setor informal” – visão da OIT, unidades produtivas familiares, “mercado de trabalho informal” – compra e venda de mão-de-obra sem registro em carteira assinada e sem vínculo com a seguridade social pública e “trabalho informal” - todo tipo de trabalho exercido à margem da legislação vigente ou no vazio institucional criado pelas mudanças socioeconômicas em curso.

Outros termos também foram e são utilizados para se referir a essa forma de trabalho como “setor informal”, “atividade empreendedora”, “economia subterrânea”, “desemprego disfarçado”, “estratégia de sobrevivência”, “subempregos” entre outros, cada um deles acaba ganhando algumas especificidades e distintas amplitudes dependendo do contexto e de qual instituição aborda o tema.

3.1 A INFORMALIDADE NO BRASIL E O MERCADO DE TRABALHO

No Brasil, podemos perceber a ascensão da informalidade e do mercado de trabalho informal ao longo do seu processo histórico, do período escravista até a transição para o trabalho livre, onde o país passou por reformas no cenário econômico, social e trabalhista. O marco inicial para o mercado de trabalho se deu em 1850, com a Lei Eusébio de Queirós, que extinguiu definitivamente o tráfico de negros no país, primeiro passo para a abolição da escravatura.

Essa lei não aboliu imediatamente as relações de produção escravista, mas deu início a transição para o trabalho livre, pois com a proibição da entrada de novos escravos no país a mão de obra na produção agrícola se tornou escassa, a solução foi buscar uma nova forma de trabalho, a mão de obra assalariada, sendo grande parte composta por imigrantes. Entretanto, o número de trabalhadores inseridos no setor de atividades de subsistência aumentou consideravelmente, havendo um grande contingente de mão de obra excedente, resultando em um aumento de desemprego significativo, muitos encontraram na informalidade uma forma de sobrevivência, como podemos perceber na citação de Theodoro abaixo:

[...] Enquanto a mão-de-obra imigrante chega e se ocupa cada vez mais da produção de café, uma parte crescente da população liberada, até então escrava, vai se juntar ao contingente de homens livres e libertos, a maioria dos quais dedicada à economia de subsistência, fosse a alguns ramos assalariados – especialmente nos pequenos serviços urbanos. O nascimento do mercado de trabalho ou, em outros termos, a ascensão do trabalho livre como base da economia, foi acompanhado pela entrada crescente de uma população trabalhadora no setor de subsistência e em atividades mal remuneradas. Este processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado o “setor informal” no Brasil (THEODORO, 2009, p. 94-95).

Segundo Bettiol (2009), um dos fatores que contribuiu para o aumento do setor de trabalho livre de subsistência, em geral de baixa remuneração, foi à exclusão dos “ex-escravos” após a abolição, estes não foram inseridos plenamente na sociedade, e com o avanço tecnológico, da industrialização e das relações de trabalhos, não foram incorporados ao novo modelo de trabalho assalariado nas indústrias, pois entendia-se que por não ter estudo nem preparo técnico, não estavam capacitados para os novos modos de produção fabril, fato que de certa forma impulsionou o que posteriormente seria denominado setor informal:

Os ex-escravos vão por sua vez se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não tinham oportunidade de trabalho, senão nas regiões economicamente menos dinâmicas na economia de subsistência, nas áreas rurais ou em atividades temporárias nas cidades (BETTIOL, 2009, p. 782).

Ao abolir a escravidão e financiar a vinda de imigrantes europeus para o país sem ter um planejamento para absorver esses trabalhadores livres, apesar do avanço, o Estado criou condições para a perpetuação da exclusão de uma parte considerável da população, visto que apesar da ausência gradativa da escravidão, o contingente liberto não possuía instrução e capacitação técnica para galgar trabalhos com melhores condições, assim tais fatos abriram caminho para uma nova forma de desigualdades sociais e exclusão baseado na mão de obra livre.

Todavia, o Estado teve papel fundamental nesse novo cenário brasileiro, pois possibilitou a aceleração da industrialização e urbanização, assim como a criação do código de leis trabalhistas, que contribuiu para firmar ainda mais o conceito de formalidade e informalidade no Brasil, e o surgimento e consolidação do mercado de trabalho no sentido moderno como forma de produção de bens e serviços. Nas palavras de Suisso:

No início do século XX, começou a se desenvolver o mercado de trabalho, no sentido moderno do termo, como a forma predominante de produção de bens e serviços. Durante as primeiras três décadas, o trabalho transformou-se numa mercadoria livremente negociada, já que leis e contratos coletivos eram quase inexistentes. Durante as décadas de 1930 e 1940, o corporativismo do Estado de Vargas estabeleceu um amplo Código de Leis do Trabalho, o qual marcou o mercado nacional por todo o século. A partir de então, as noções de "formalidade" e "informalidade" foram pouco a pouco sendo construídas. As estatísticas indicam um longo processo de formalização das relações de trabalho, sedimentado, sobretudo por leis federais e, apenas secundariamente, por contratos coletivos (SUISSO, 2005, p. 02).

Em 1930, com o advento da industrialização e modernização no governo Vargas, houve uma concentração da população nos polos industriais, cada vez mais pessoas deixavam o campo e buscavam nas cidades e indústrias um meio de sobrevivência. Nesse período houve um grande avanço no que diz respeito a formalização do trabalho, grande parte dos trabalhadores eram assalariados, com carteira assinada e demais direitos assegurados pelas leis trabalhistas.

Contudo, mesmo com avanços a informalidade persistia, pois o mercado de trabalho não conseguiu abranger todos esses trabalhadores, mas apenas uma parcela da população, com a modernidade industrial se tornou possível produzir muito mais utilizando menos mão de obra, o que resultou na dispensa de muitos trabalhadores que acabavam não tendo sua força de trabalho reaproveitada pelo mercado formal.

Desta forma enquanto ocorria o processo de industrialização e conseqüentemente urbanização acelerada, aumentava o nível de pobreza nas grandes cidades, enquanto muitos trabalhadores conheciam a formalidade outros eram excluídos do mercado formal, o que contribuiu ainda mais para a marginalização, a criação das áreas periféricas e favelas.

Na década de 70, o mercado de trabalho brasileiro já estava em funcionamento, pois havia a compra e venda de mão de obra livre e um sistema jurídico e conjunto de leis trabalhistas, a maior parte dos trabalhadores do setor industrial já estava trabalhando na formalidade, e os trabalhadores que não conseguiram se empregar nas indústrias e fábricas estavam trabalhando de maneira informal, sem relações contratuais e a maioria em trabalhos familiares ou de subsistência.

Durante a década de 80, segundo Theodoro (2009), essa crise se intensificou ainda mais, as taxas de crescimento caíram de forma caótica enquanto o trabalho

informal e precarizado cresciam consideravelmente, por ser um período de grande desaceleração econômica os anos 80 ficaram conhecidos como a década perdida.

Os anos 1980 são estigmatizados como aqueles da “década perdida”. Este foi o período durante o qual as taxas de crescimento se reduziram de maneira drástica: o país conheceu um crescimento de menos de 17% durante a década (cerca de 1,5% ao ano), distante da taxa histórica de crescimento da economia brasileira de 6% ao ano. Em geral, como já foi colocado, estes anos podem ser considerados como marcados por uma crise econômica prolongada, resultado sobretudo do aprofundamento de alguns problemas estruturais vivenciados pelo país após o primeiro choque do petróleo, em 1973. São o aumento da inflação, o crescimento da dívida interna e externa e a elevação das taxas de juros que causaram a queda nas taxas de investimento e a recessão (THEODORO, 2009, p. 112).

A partir da década de 90 ocorre uma reorganização no mercado capitalista, surge uma “nova informalidade” que rompe com a crescente formalização do trabalho e apresenta um novo modelo de produção baseado na flexibilidade das relações trabalhistas. Esse novo modelo baseado no modelo de gestão japonês, irá causar uma grande modificação no mercado de trabalho, a rigidez que marcava o modelo fordista concedeu lugar a flexibilidade do acúmulo de capital e das relações de trabalho.

Nesse contexto, o “novo” tipo de trabalho é baseado na polivalência e multifuncionalidade do trabalhador, na produção “flexibilizada”, inspirada no modelo japonês. A ideologia se apóia no discurso de formação de um “novo perfil do trabalhador” flexível e criativo. A lógica é traçada à luz do conceito de “empregabilidade”. Cada indivíduo é responsável por se dotar de estratégias de negociação de suas capacidades de trabalho. É a busca do imediato e a valorização do fetiche do sucesso como resultado do esforço individual, num cenário marcado pela falta de emprego. São fundamentos de uma lógica de recomposição capitalista que se denomina de neoliberal (ALVES; ALMEIDA, 2009, p. 241).

Desta forma, com o modelo japonês denominado Toyotismo, a rigidez e produção em série e padronizada do modelo Fordista dão lugar a uma nova forma de trabalho baseada na flexibilidade, em que o acúmulo de capital e a produção são flexíveis, os trabalhadores perdem garantias asseguradas pela formalidade e se veem em um mercado altamente excludente e exploratório.

A mão de obra se torna uma mercadoria desvalorizada, haja vista que a força de trabalho é muito superior à demanda de emprego, portanto os trabalhadores precisam se adaptar a esta nova forma de mercado, as novas tecnologias, ou se juntar ao grande contingente de desempregados, que diante de tal quadro veem o

sucateamento de seus direitos previdenciários e sociais, resultando na maior taxa de informalidade já vista nas últimas décadas no Brasil.

4 CRESCIMENTO POPULACIONAL E O AUMENTO DOS AMBULANTES NO CENTRO DE MACAPÁ

A população de uma região cresce de duas formas, através do crescimento natural, que é a diferença das taxas de natalidade e a taxa de mortalidade, e através do crescimento causado pelo fluxo migratório, esses dois fatores combinados são responsáveis pela elevação do número de habitantes de uma cidade, estado ou região.

No caso do Amapá, possuímos alguns acontecimentos políticos e econômicos que incentivaram o fluxo migratório: a Criação do Território Federal do Amapá, em 13 de setembro de 1943, a partir do Decreto Federal 5.812, com base na constituição de 1937 que definia os territórios como áreas administradas pelo Governo Federal; a exploração de minérios na região amazônica e no estado do Amapá, principalmente do Manganês (1950); a transformação do Território Federal do Amapá em estado de federação em 1988 e a Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, criada pela Lei nº 8.387 de 30/12/91 e regulamentada pelo decreto nº 517 de 08/05/1992.

Essas ações governamentais e econômicas propiciaram, mesmo que incompleto e precário, o desenvolvimento do Estado do Amapá e deram suas contribuições para a atual configuração desta Unidade da Federação, transformou o estado em um dos polos de atração para a corrente migratória que intensifica mais o crescimento da população, como podemos observar na taxa média de crescimento populacional a partir de 1950:

Tabela 1: Média do crescimento populacional do ano de 1950 a 2010

Lócus	Ano de 1950	Ano de 2010	Média crescimento
Brasil	51.944.397	190.755.799	24,72%
Região Norte	2.048.696	15.864.454	42,98%
Região Sudeste	22.548.494	80.364.410	24,50%
Amapá	37.477	669.526	62,57%

Fonte: Cálculo baseado em dados do IBGE – 1950-2010.

O estado possui baixíssima produção industrial e agropecuária, onde o setor de serviço é o de maior destaque, aquecido com a soma dos rendimentos dos servidores públicos do Estado, o que muitos designam “economia do contracheque”, que chama a atenção pela falta de criação de postos de emprego e produção nos setores industriais e agropecuários, normalmente os postos formais de trabalho estão bem abaixo do nível de procura dos trabalhadores, um reflexo da economia local é que a maior parte dos produtos que consumimos vem de fora do estado e pouco produzimos para exportação interna, nacional e externa.

Desde 1950, o estado veio apresentando altas taxas de crescimento consecutivas, basicamente resultado da combinação de dois fatores, a taxa de fecundação e do fluxo migratório em direção ao mesmo, quando o crescimento populacional acelerado não é acompanhado de planejamento urbano estatal e políticas públicas eficientes, somado ao estrito número de postos de emprego em empresas e menos ainda postos de emprego bem remunerado, a presença do setor informal urbano é inevitável. De acordo com Leão:

As políticas de desenvolvimento impulsionadas pelo Estado, incentivaram a vinda de migrantes em uma maior proporção para Macapá e Santana, sendo que a maioria destes não encontrou emprego, terreno firme para habitar, e hoje vivem em condições de subemprego, habitando em áreas de ressaca. Tudo isso contribuiu ao longo dos anos para as inúmeras expressões da questão social sejam resolvidas por meio de políticas públicas (LEÃO, 2010, p. 09).

No que diz respeito à relação existente entre o crescimento populacional, a criação da ALCMS e o setor informal urbano, Leão observa:

A população macapaense apresenta índices de crescimento populacional cada vez maiores em virtude da implementação, na década de 1990 da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS e esta se tornou o canto que apregoava as possibilidades de emprego para aqueles que lá chegassem. As promessas de emprego não se concretizaram para a grande maioria dos migrantes que para lá se dirigiram, pois na cidade de Macapá há a predominância do emprego público e via de regra os cargos são preenchidos através de concursos. Obviamente que a mão-de-obra qualificada encontra maiores oportunidades neste espaço público. Entretanto, a população com baixa qualificação para o mercado de trabalho é relegada a empregos menos qualificados ou às atividades de rua, como os camelôs e ambulantes presentes nos espaços de grande circulação da cidade (LEÃO, 2010, p. 03).

Apesar dos pontos altos da economia e das ações dos órgãos públicos, estes não conseguem incluir todos os trabalhadores nos setores do trabalho regular e

formal, assim a informalidade persiste e principalmente em momentos de crise do sistema econômico capitalista cresce demasiadamente, como podemos perceber na cidade de Macapá.

Com os altos índices de crescimento populacional no estado do Amapá desde os anos 50, com a influência de alguns fatores econômicos e políticos, citados anteriormente, houve um crescimento desproporcional do número de trabalhadores disponíveis para o mercado de trabalho em relação à demanda de emprego, apesar das políticas e ações do poder público, para o desenvolvimento do estado terem sido implementadas até a década de 90, o fluxo migratório em direção ao estado do Amapá e a Cidade de Macapá ainda ocorre, o que pode influenciar no aumento de trabalhadores no setor informal local, que acaba sendo o destino de muitos trabalhadores que migram tanto de outros municípios, como de outros estados em busca de melhores condições de vida, e por não encontrar emprego formal acabaram exercendo atividades de baixa produtividade e remuneração.

Com o decorrer do tempo, tornou-se cada vez mais comum ver no centro da cidade esses trabalhadores mais conhecidos como “camelôs” ou “ambulantes”, que passaram a ocupar as calçadas das principais ruas do centro macapaense, onde desenvolvem atividades como venda de DVDs e CDs piratas, celulares, *pen drives*, capas de celular, carregadores, fones, chip de celulares, lanches, perfumes, controles remotos e uma infinidade de produtos e serviços.

O setor informal urbano possui um grande potencial de crescimento, em Macapá este é responsável pela circulação de mercadorias e dinheiro que representa parcela considerável da economia local. Para muitos, essas atividades são necessárias como um meio de manter-se na cidade e garantia de aquisição de produtos e serviços básicos para o núcleo familiar.

Enquanto os trabalhadores tem interesse de gerar sua renda, os órgãos competentes da esfera municipal e estadual tem o interesse de assegurar a passagem nas vias públicas e a organização da cidade, o que gera um impasse entre as partes, em algumas ocasiões resultando em conflitos ou pequenos atritos, reascendendo o debate entre poder público e sociedade sobre trabalhadores informais e ocupação irregular das ruas e calçadas, sempre que este debate é retomado com intensidade, o poder público age no sentido de desobstruir o passeio público, nem sempre de forma pacífica, uma dessas ações foi a de 2009.

4.1 A RETIRADA DOS AMBULANTES DAS RUAS

Devido ao crescimento do trabalho desregulamentado na capital macapaense, com o passar do tempo os trabalhadores autônomos foram tomando posse das calçadas das ruas Cândido Mendes e São José, onde se aglomeravam de forma desordenada, o que começou a gerar transtornos e obstrução das vias públicas.

Para o poder público, esse crescimento desordenado começou a ocasionar problemas, pois o fato de ocuparem as calçadas levava os pedestres a caminharem praticamente no limite das calçadas, o que colocava a segurança dos mesmos em risco, além do fato de deixar a cidade com um aspecto desorganizado, uma visão não muito agradável e confortável para quem frequentava o centro, haja vista que os vendedores ficavam espalhados pelas calçadas e em frente às lojas, essas ocupações dos logradouros públicos não estavam de acordo com a lei complementar nº 27 – PMM de 24 de Julho de 2004 da legislação municipal, na Seção III, Art. 74 e 78¹.

Esses vendedores ambulantes não são vistos com bons olhos por uma parte da sociedade, principalmente por parte do poder público e por alguns grupos de empresários e comerciantes, que vislumbra melhores resultados econômicos e modificar a paisagem urbana das ruas centrais de Macapá, nessa perspectiva Leão afirma:

A concorrência em busca da garantia de clientela para os seus produtos leva os empresários e os trabalhadores informais a estabelecerem uma relação bastante conflituosa entre as partes, pois em nossa pesquisa percebemos uma convivência instável entre os funcionários das lojas e os trabalhadores informais. Além disso, por várias vezes, pudemos perceber que os donos de pequenas lojas chegavam a acionar os meios repressivos do poder público como uma forma de garantir o acesso das pessoas às suas lojas. Percebeu-se que o Centro Comercial de Macapá é uma área de atrito constante e altamente competitivo na luta por espaços no Centro Comercial onde donos de lojas e trabalhadores buscam efetuar suas funções (LEÃO, 2010, p. 19).

¹ Art. 74. Consideram-se logradouros públicos os espaços destinados à circulação de pessoas e veículos, ou de ambos, compreendendo, passeios, ruas, travessas, praças, estradas, vielas, largos, viadutos, escadarias etc., que se originem de processo legal de ocupação do solo ou localizados em Áreas de Especial Interesse Social.

§ 2º Os passeios deverão ser livres de qualquer entrave ou obstáculo, fixo ou removível, que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimentos e a circulação com segurança das pessoas.

Art. 78. Somente com autorização da Prefeitura de Macapá poder-se-á exercer atividade econômica nos logradouros públicos.

Essas ações repressivas podem representar, em certo grau, uma tentativa de excluir desses espaços esses trabalhadores de rua em troca de um visual, de uma paisagem mais próxima dos valores e interesses de certos grupos sociais, como argumenta Souza (2013), apud Wylle (2007), “(...) às vezes, a paisagem parece ser menos um cenário para a vida de seus habitantes que uma cortina atrás da qual as suas lutas, realizações e acidentes tem lugar” (BERGER apud WYLLE, 2007, p. 69).

Caso a intenção de tais ações era conseguir uma paisagem mais harmônica, se caracterizaria como esta cortina, sendo uma intenção no sentido de fazer uma “higienização” na paisagem, de acordo com os valores das elites econômicas e políticas locais. De acordo com Souza (2013), algumas intervenções no espaço concreto que objetivam “limpar” a paisagem, dela removendo os agentes e as práticas tidos como “indesejáveis” ou “enfeidores”, é uma estratégia de “invisibilização” desses grupos sociais, no caso específico da remoção dos trabalhadores das ruas de Macapá, esta estratégia seria mais no sentido de diminuir ou amenizar a ação desses ambulantes, do que propriamente excluir totalmente, haja vista ser uma tarefa praticamente impossível, devido à informalidade possuir uma grande dimensão e importância na economia local. Sobre este aspecto, temos as considerações de Leão:

Um ator social diretamente envolvido na questão do trabalhador informal é o poder público, mais precisamente o municipal, onde a partir de ações de caráter repressivo e com promessas de reposicionamento dos trabalhadores em locais próprios como os camelódromos, vão agindo de forma a garantir a “limpeza” do local (LEÃO, 2010, p. 94).

Como consequência desses fatores, em 03 de julho de 2009 uma força tarefa da Prefeitura de Macapá cumprindo uma determinação do Ministério Público do Estado iniciou uma operação de retirada dos trabalhadores das ruas, onde desarmaram as barracas e exigiram a saída dos ambulantes das calçadas para desobstruir o passeio público e melhorar a imagem do centro da cidade.

O início da ação se deu de forma conflituosa, onde houve confronto entre os policiais e os vendedores que mesmo recebendo um aviso de 72 horas para retirada do local, se recusavam a desocupar os espaços onde trabalhavam e entraram em conflito com os policiais. O trabalhador Paulo Félix afirmou que: “A retirada foi feita

brutalmente, houve um grande conflito entre o trabalhador e a prefeitura...”. Nas palavras do trabalhador Evaldo Santos:

A remoção foi feita de uma forma truculenta, ninguém esperava né, que ninguém quer ser apreendido, mas foi feito um aviso prévio, o problema é que o vendedor ambulante nunca acredita que vai ser tirado da forma, da maneira como aconteceu, todo mundo foi avisado que deveríamos sair, mas resistimos até a retirada na força, na marra (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

A segunda etapa de desobstrução do passeio público ocorreu no dia 06 de julho de 2009, porém a operação se deu de forma pacífica, com a coerção dos trabalhadores pela presença de integrantes de grupos do setor da segurança pública, e assim os demais trabalhadores foram enfim retirados das ruas, em grande parte devido a Prefeitura de Macapá através de seus órgãos, sentirem a necessidade de uma intervenção no sentido de cumprir normas legais em relação ao passeio público, uma maneira de dar uma resposta à parte da sociedade que fomentou o debate em torno dos ambulantes e ocupação irregular de calçadas, esta informação pode ser confirmada na reportagem de Elden Carlos, do jornal “Diário do Amapá” de 07/07/2009, com o título “Força tarefa não encontra mais resistência durante desocupação de calçadas”:

Ontem, 6, a força-tarefa da Prefeitura de Macapá que cumpre uma determinação do Ministério Público do Estado que exigiu a desobstrução do passeio público no centro da cidade retornou a área comercial para dar continuidade à ação que iniciou na sexta-feira 3, diferentemente do episódio ocorrido no primeiro dia quando houve confronto entre policiais e manifestantes, ontem a desocupação foi pacífica. Além dos mais de cinquenta guardas municipais, a operação também contou com reforço de várias viaturas da Polícia Militar e o grupo de Choque do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). O grupo especializado em debater situações de crise ficou em estado de alerta na Praça Veiga Cabral, ele só agiria caso houvesse um novo tumulto, o que felizmente não aconteceu. A secretária de Manutenção e Urbanística Gláucia Maders disse que a ação de ontem foi focada diretamente na rua Candido Mendes. A secretária explicou que ainda esta semana ela e a equipe de técnicos da PMM estarão reunidos com lideranças da classe de Trabalhadores autônomos para definir regras e estabelecer onde eles serão alocados. Ela reforçou o posicionamento de que a Prefeitura não vai recuar no cumprimento da determinação que foi requerida pelo Ministério Público Estadual.

Ainda em relação a este debate, temos as reflexões de Leão:

Até julho de 2009, as autoridades pouco fizeram para atuar de forma racional na organização do setor informal. Explica-se talvez pelo fato da não efetivação do Plano Diretor do Município de Macapá no Centro Comercial,

além do fato de que muitas das ações – principalmente do Poder Público Municipal – serem, na maioria das vezes, de caráter meramente repressivo, fruto de reclamações de lojistas e pedestres. Tal situação torna evidente o conflito existente entre os trabalhadores da informalidade e os representantes do setor lojista (LEÃO, 2010, P. 92).

Após o conflito gerado pela ação da PMM, os trabalhadores ambulantes foram retirados das ruas centrais da cidade e ficaram aguardando o remanejamento para um local específico determinado pelo poder público.

Podemos constatar que o fluxo migratório fomentado por políticas públicas de desenvolvimento regional e econômico, contribuiu para as altas taxas de crescimento populacional no estado, que pode ter provocado um excesso de mão de obra que o mercado não conseguiu absorver, após a criação da Área de Livre Comercial de Macapá e Santana o fluxo migratório ainda é fator presente na sociedade amapaense, colaborando para a manutenção e coexistência do setor comercial formal e as atividades informais executadas em frente a esses estabelecimentos, as ocupações irregulares de calçadas causam conflitos entre grupos empresariais, camelôs e poder público, um desses conflitos foi a remoção dos trabalhadores da Rua Candido Mendes, expressão da disputa pelo acesso ao espaço urbano.

4.2 A CRIAÇÃO DO FEIRÃO POPULAR

Após a operação de retirada dos ambulantes das calçadas, os mesmos ficaram sem exercer suas atividades por aproximadamente dois meses, pois foram proibidos de trabalhar nas ruas e não havia um local específico para que pudessem desenvolver suas atividades comerciais, o que para muitos causou diversos problemas levando em consideração que não tinham como gerar renda para o sustento de suas famílias, ou para pagar as contas que atrasavam pela falta de emprego, alguns entrevistados alegam que chegaram a passar dificuldades nesse período, como podemos perceber na fala do trabalhador Paulo Félix:

Depois que retiraram os trabalhadores, muitos passaram necessidade, passaram fome, atrasaram o aluguel, atrasaram dívidas, pagamento de cartão de loja, porque passaram mais de um mês sem trabalhar (...) fomos colocados aqui sem um local adequado, e foi colocado aqui e aqui a gente penou, passamos quase um ano pra fazer o ponto”. Maradona: “Hoje a gente já vê de uma outra forma, pra muitas pessoas foi muito bom, mas na

época foi ruim aquele conflito com as autoridades (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

Os trabalhadores então se uniram e se organizaram para reivindicar junto ao poder público um espaço para que pudessem exercer suas atividades, receberam da Prefeitura a promessa da construção de um Shopping Popular, que seria construído na Avenida Henrique Galúcio, entre as ruas São José e Tiradentes, sendo o local destinado para esses trabalhadores remanejados das calçadas. O projeto inicial estava orçado em R\$ 8 milhões e contava com 32 estandes reservados aos feirantes, 54 para bares e lanchonetes, 108 para lojas e 154 para armarinhos, tudo dentro de uma estrutura de três pavimentos, seria construído com recurso de convênio entre Prefeitura de Macapá e o Governo do Estado do Amapá.

Nesse embate, a Associação dos Pequenos Comerciantes Autônomos de Macapá – ASPECOAMA teve papel fundamental na defesa dos interesses dos autônomos, pois através dela os trabalhadores se organizaram para chegar às autoridades e reivindicar seus direitos. Em entrevista o presidente da associação Paulo Rodrigues Félix falou a respeito dos objetivos da associação:

A associação foi fundada com o intuito de defender os direitos dos trabalhadores do feirão popular, diante dos órgãos públicos municipal e estadual, e garantir que esse trabalhador tenha seus direitos garantidos por lei na esfera municipal (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

Enquanto o Shopping não fosse entregue aos trabalhadores, eles precisariam de um espaço para desenvolver suas atividades e assim, como uma alternativa para os mesmos, a prefeitura criou um local, que ficou conhecido inicialmente como “Camelódromo” e posteriormente denominado de Feirão Popular, em entrevista realizada com os trabalhadores do Feirão podemos perceber a opinião deles sobre esse acontecimento.

Jessé Pereira:

Foi um pouco complicado, a gente teve que brigar lá na rua porque só tiraram a gente da rua, só que não tinham um espaço para colocar a gente né, a gente brigou na rua, aí foi que o Ministério Público obrigou a prefeitura a arranjar um local pra gente ficar, e aí foi que a gente veio pra cá (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

Paulo Félix:

Estamos aqui amparados pela justiça, pelo ministério publico, enquanto não tiver uma decisão da prefeitura ou um local adequado para remover os trabalhadores daqui, a gente não sai, porque o ministério nos ampara (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

A princípio, o Feirão Popular seria um local provisório para comportar esses ambulantes, onde cada trabalhador em questão receberia um espaço específico para desenvolver suas atividades, tendo inicialmente uma expectativa de um período de oito meses até a entrega do shopping. Por isso o espaço não oferecia uma infraestrutura apropriada para os trabalhadores remanejados. Em 2014, o Feirão passou por um processo de revitalização realizado pela prefeitura de Macapá em parceria com o Governo do estado, com o intuito de oferecer condições mais dignas de trabalho para os seus integrantes que há anos clamavam por melhorias na estrutura do local em que se encontravam.

Em relação aos clientes do Feirão, nossa pesquisa comprovou que o mesmo é visto com bons olhos e bem aceito por eles, em entrevista eles afirmaram que um fato que chama atenção é a diversidade de produtos e serviços, que lá se encontra praticamente tudo que se precisa em um mesmo lugar, uma característica fundamental são os preços, que são bem mais acessíveis, esse conjunto de características contribuiu para que o Feirão conquistasse sua clientela, como podemos perceber na fala da cliente Maria:

Ele contribui muito pra população porque tudo que a gente consegue fazer aqui é muito mais em conta do que se for numa lojinha mais ali no centro, numa autorizada ele aumenta o preço do serviço e aqui tem a mesma qualidade, isso é muito importante. (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

O Feirão Popular foi instituído como local provisório para os trabalhadores, porém mais de sete anos já se passaram desde a sua criação e os trabalhadores ainda permanecem no mesmo local, agora com melhores estruturas devido à revitalização e demais ações do governo, contudo, para um projeto que teria duração de oito meses passou a ser local fixo e de permanência a longo prazo, o espaço dos trabalhadores que com o passar dos anos acabaram criando raízes no local, conquistando a sua clientela e criando o seu círculo de trabalho, tanto que hoje muitos não sentem mais a necessidade de mudança para o Shopping Popular, pois já se adaptaram ao ritmo do Feirão, fato perceptível na fala do trabalhador José Aquino:

Estamos aqui desde o começo, quando com o prefeito Roberto Góes teve aquela manifestação pra tirar o pessoal das ruas, aí ele trouxe a gente pra cá, pra passar uns 6 meses e já vamos pra quase 8 anos e até agora continuamos aqui e pra falar a verdade nós não queremos nem sair, nós queremos só a padronização e a organização dos boxes, pra cada um ter o seu ponto, guardar as suas mercadorias, etc. (Trabalho de Campo, nov/dez, 2016).

Em virtude da não construção do Shopping Popular ao longo dos anos, o Feirão se consolidou e se tornou ponto de referência no centro macapaense, onde os trabalhadores desenvolvem diversas atividades como manutenção de celulares, relógios e eletrônicos, venda de confecções e acessórios em geral, entre outros, já possuem sua clientela, suas formas de trabalho e organização, e em sua maioria não esperam mais pela construção do Shopping Popular, já criaram vínculos no Feirão e o veem como local de trabalho definitivo.

5 RESULTADOS DA ANÁLISE DE DADOS LEVANTADOS COM A PESQUISA DE CAMPO

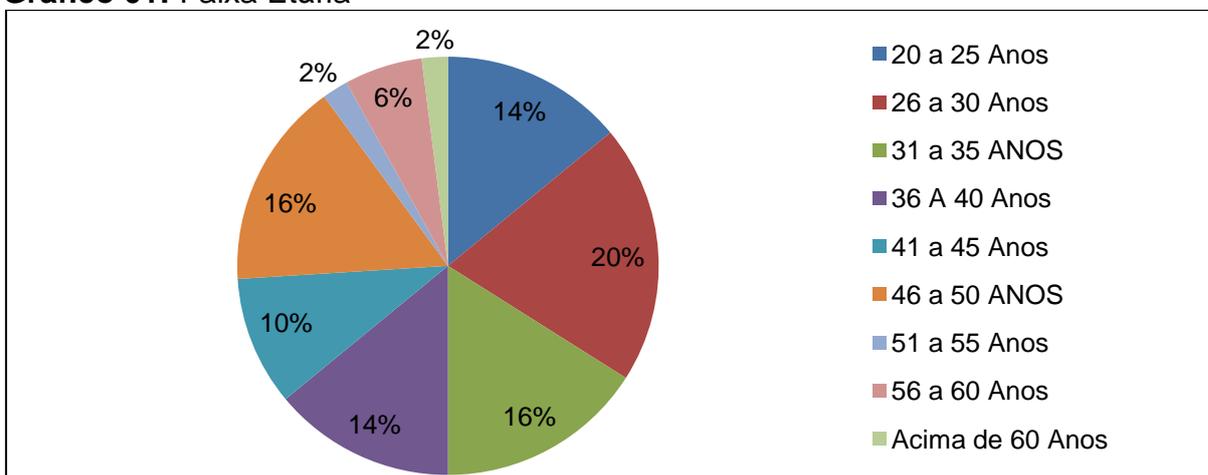
Através dos dados coletados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC), tivemos acesso ao quantitativo de trabalhadores cadastrados no Feirão Popular, totalizando 104 cadastros, sendo 73 do sexo masculino e 31 do sexo feminino, os dados apontam também que são disponibilizados 112 espaços, tendo 08 espaços desocupados até o momento.

Um fato que chamou a atenção durante a pesquisa de campo foi o conhecimento de que muitos trabalhadores não se encontram exercendo atividades no Feirão, alguns cadastrados repassaram seus pontos para terceiros, venderam ou alugaram e são titulares dos espaços apenas no papel. Em contrapartida, outros compraram ou alugaram esses mesmos pontos para adentrar ao Feirão, o que não é permitido pela SEMDEC, porém nem sempre é possível fiscalizar essas irregularidades no local, há também trabalhadores que se associaram entre si para expandir o seu negócio.

Por meio da análise dos dados, comprovou-se que a maior parte dos trabalhadores é do gênero masculino, representando 86%, enquanto apenas 14% correspondem ao gênero feminino. Em relação à faixa etária, percebe-se que o quantitativo é bem diferenciado, com variáveis entre 20 anos e até acima de 60

anos, com maior percentual de trabalhadores entre 26 a 30 anos, representando 20% dos entrevistados.

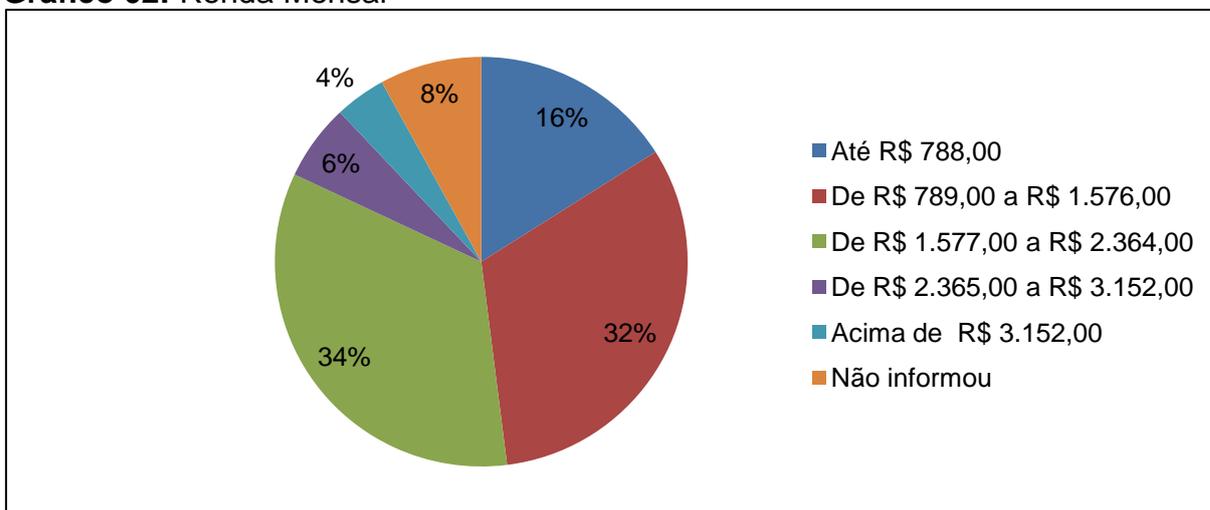
Gráfico 01: Faixa Etária



Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

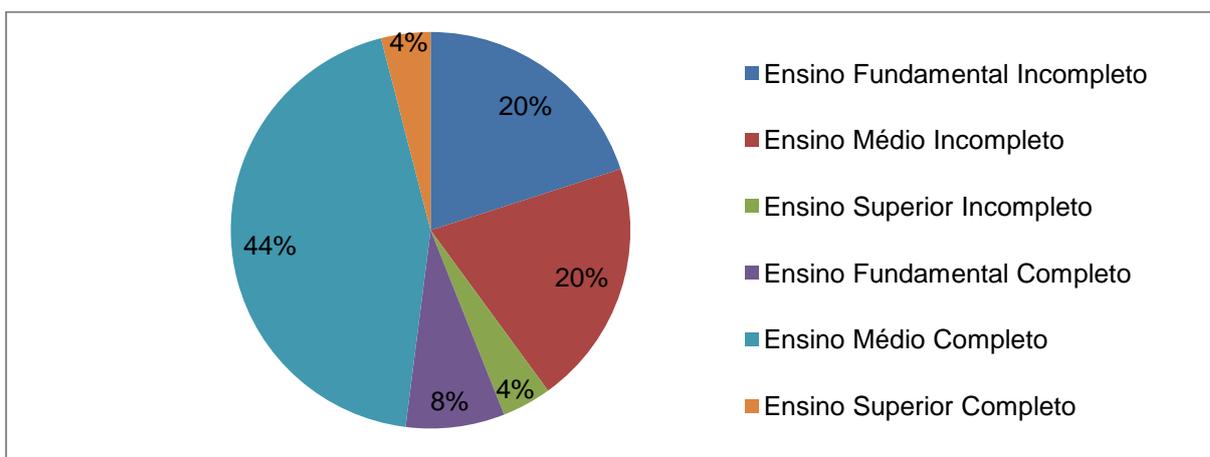
Em relação à naturalidade, observa-se que o quadro de trabalhadores do Feirão Popular é formado por pessoas de diferentes estados, sendo interessante apontar que o maior percentual de trabalhadores pertence a outros estados, representando 66% dos pesquisados, enquanto apenas 34% são naturais do estado do Amapá. O Pará lidera o percentual de trabalhadores de outros estados com taxa de 42%, Maranhão 08%, Ceará 06%, Rio Grande do Norte 04% e outros representam 06%. No que tange a atividade econômica, percebe-se que 30% trabalham com vendas de acessórios em geral, 28% com manutenção e venda de celulares e acessórios, 22% com vendas de confecções, 12% com venda de aparelhos eletrônicos e manutenção em geral, 02% com conserto de relógios e venda de acessórios e 06% não responderam.

De acordo com a pesquisa realizada, nota-se que 34% dos trabalhadores tem uma renda mensal de R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00, 32% de R\$ 789,00 a R\$ 1.576 e 16% renda mensal de até R\$ 788,00.

Gráfico 02: Renda Mensal

Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

Constatou-se que o maior percentual de trabalhadores tem ensino médio completo, representando 22% dos entrevistados, enquanto tanto os trabalhadores com ensino fundamental incompleto quanto os com ensino médio incompleto representam 20% cada, e apenas 04% possuem ensino superior completo.

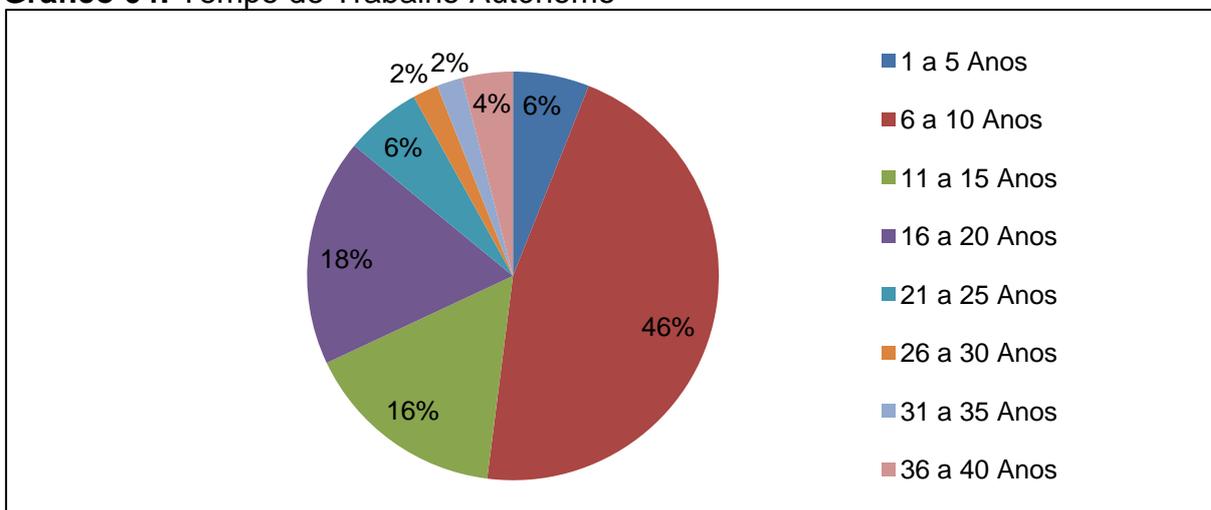
Gráfico 03: Escolaridade

Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

Outro dado relevante é o tempo de trabalho autônomo de cada entrevistado, onde vemos que 46% dos trabalhadores já exercem essas funções no período de 6

a 10 anos, 16% no período de 11 a 15 anos e 04% exercem essas atividades no período de 36 a 40 anos.

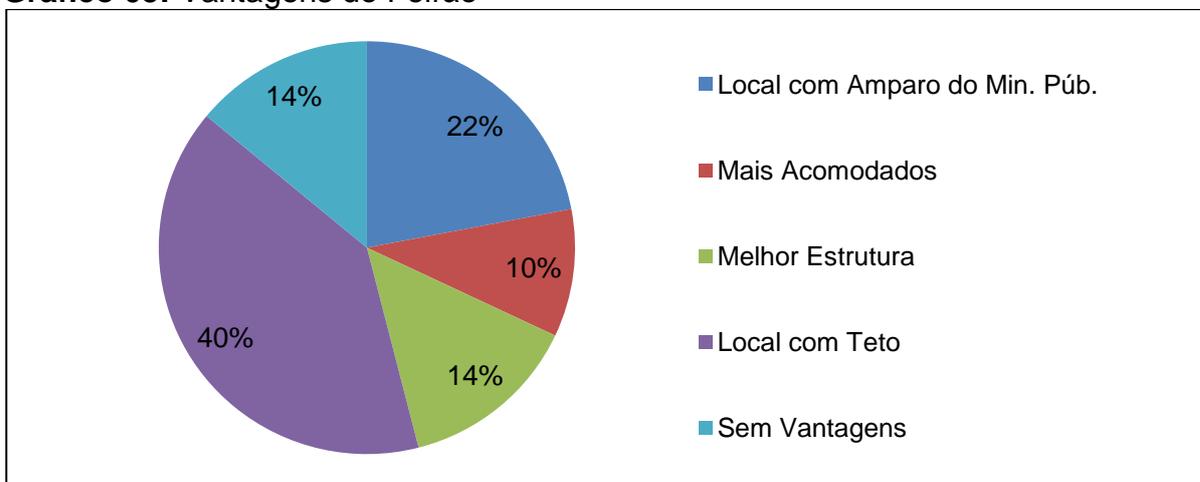
Gráfico 04: Tempo de Trabalho Autônomo



Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

Através da pesquisa de campo, foi possível identificar o ponto de vista dos trabalhadores em relação as principais vantagens e desvantagens do Feirão. Para os entrevistados, em relação às vantagens, 40% destacaram que a maior vantagem é trabalhar em um local com teto, 22% afirmaram que o melhor é trabalhar em um local com cobertura e amparo do ministério publico, e 14% afirmaram não haver vantagens.

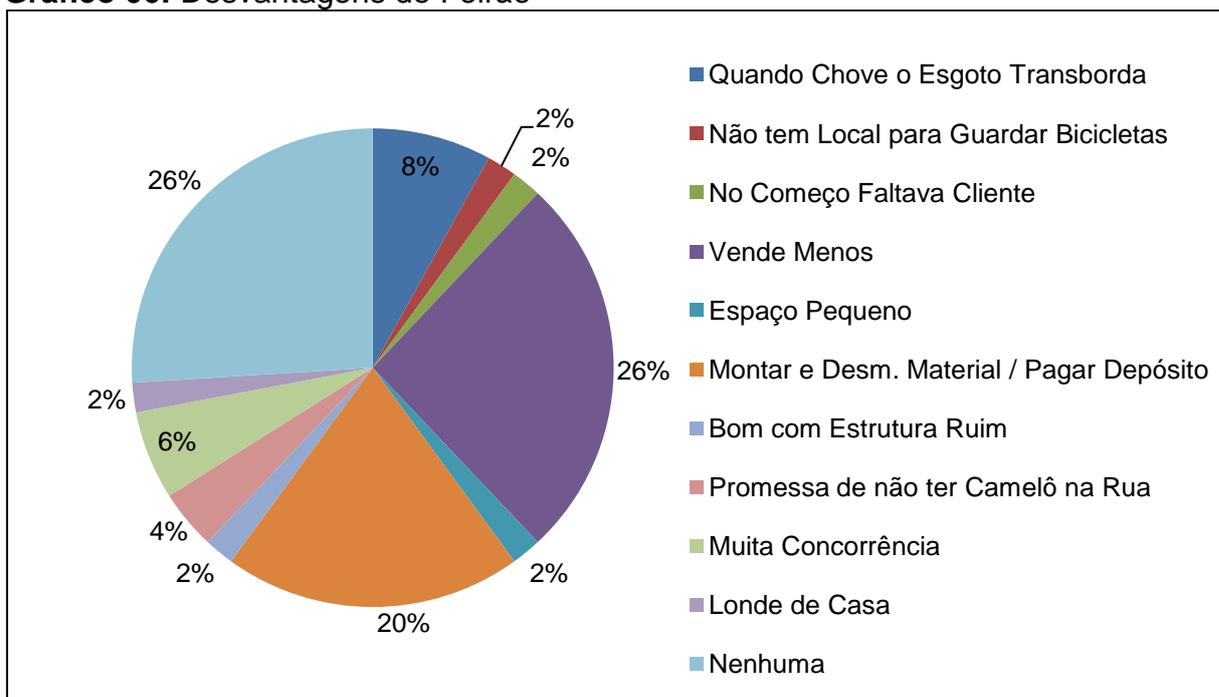
Gráfico 05: Vantagens do Feirão



Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

Com respeito às desvantagens, 26% dos entrevistados alegaram que vendem menos que na época que trabalhavam nas ruas, 20% afirmam que o pior é ter que montar e desmontar o material todos os dias, além de pagar depósito para guardar as mercadorias e 26% afirmou não haver desvantagens.

Gráfico 06: Desvantagens do Feirão



Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

No Feirão Popular constatamos que a maior parte não possui cadastro de Microempreendedor Individual e CNPJ, levando em consideração que apenas 32% se cadastraram e se formalizaram, enquanto 68% continuam trabalhando de modo informal, isto pode nos dar um indicativo de como a questão esta sendo trabalhada pelos órgãos públicos competentes, associações e pelo próprio trabalhador.

O debate em torno da Informalidade esteve marcado pela sua dificuldade conceitual, principalmente quando há a tentativa de formular conceitos e princípios gerais para compara-la em diferentes países, regiões ou estados, com o avanço dos debates foi-se englobando diferentes traços, informações e características que resultou em mudanças em seu sentido e o modo de como aborda-la e trata-la, na visão do poder público e de certas instituições que se envolvem na temática, houve alteração em relação às medidas a serem tomadas sobre a informalidade:

No total, se o setor informal era visto com o algo a ser combatido na abordagem técnica, em seguida como instrumento de combate a pobreza na abordagem política, no caso da abordagem subsidiária, do mesmo modo que a pobreza e a desigualdade, o setor informal aparece intrínseco e estrutural. E o Estado, o Estado subsidiário, administrador de conflitos, gestor da miséria e das desigualdades, vem assim administrar e gerir o informal. As políticas atuais para o informal não visam a sua erradicação, nem objetivam o resgate da cidadania. A questão hoje coloca-se em termos de uma gestão, a menos traumática, de possíveis conflitos. Antes sintoma indesejável e passageiro da transição e passageiro da transição em direção ao desenvolvimento, depois instrumento de combate a pobreza, o setor informal finda por ser concebido como um traço característico, uma marca permanente em países como o Brasil (THEODORO, 2000, p. 17).

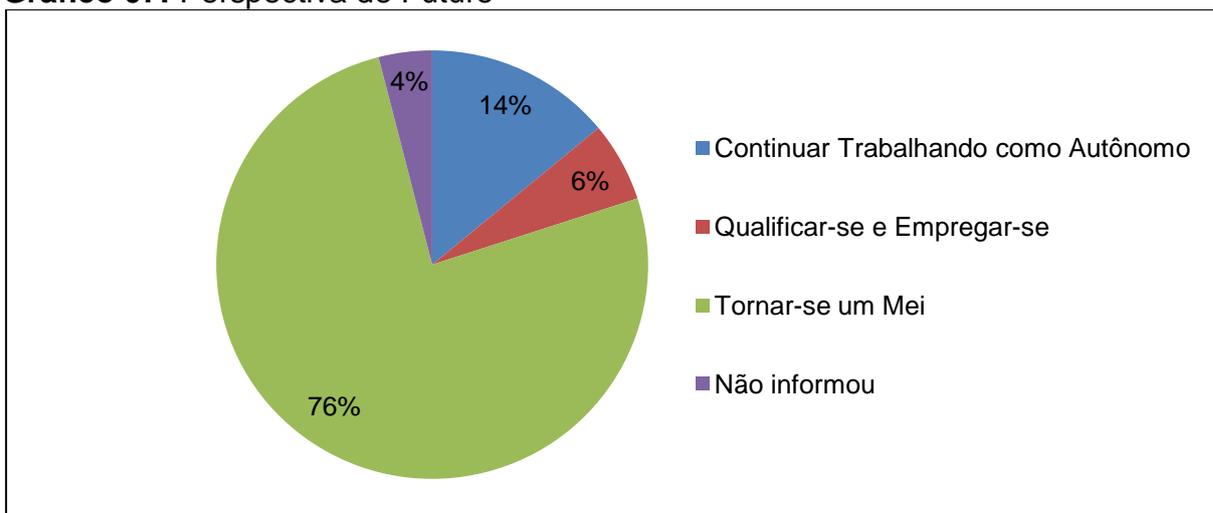
Havendo um reconhecimento da impossibilidade de erradicação de tais atividades, o Estado aceitando ser um traço permanente de economias em geral e atenuante em países subdesenvolvidos, tende a procurar e elaborar alternativas no que tange leis e políticas públicas para essa fração de trabalhadores. Moretto e Cpacchi (2006), retomam o debate ressaltando a importância do setor para a economia e para a criação de ocupações, na tentativa de romper com aquela “negatividade” presente quando se fala no tema, e sim focando nas possibilidades de crescimento dos empreendimentos, assim como a extensão de direitos sociais a estes trabalhadores, muito próximo a esta percepção, assim como o reconhecimento da erradicação, o Estado e entidades do mundo do trabalho se esforçam para elaborar leis e programas na tentativa de registrar e regulamentar estas pequenas atividades até então informais.

Nesse sentido surge a figura do Microempreendedor Individual (MEI), criada com a Lei Complementar nº 128/2008, além de outras leis e decretos, assim o trabalhador informal se cadastra junto a Órgãos Públicos Federais, Municipais e Estaduais, possuindo Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), passa a contribuir a Previdência Social e pode ter direito à benefícios como auxílio-doença, licença-maternidade e aposentadoria, além de mais facilidade para conseguir crédito junto a instituições financeiras e poder emitir nota fiscal, no estado do Amapá até dezembro de 2016 são 13.397 empreendedores cadastrados, desses 9.528 se encontram na cidade de Macapá.

Com base na aplicação dos questionários, pode-se inferir que a maioria dos trabalhadores almeja a formalidade, tornando-se um Microempreendedor Individual-

MEI, com percentual de 76%, enquanto 14% pretendem continuar trabalhando de forma autônoma e informal.

Gráfico 07: Perspectiva de Futuro



Fonte: Pesquisa de campo, Feirão Popular, Macapá-AP, Out/Nov. 2016.

Em relação a melhor solução para os trabalhadores do Feirão, 84% dos pesquisados responderam que a melhor solução seria continuar no Feirão Popular, porém com melhores infraestruturas e padronização dos espaços, enquanto apenas 16% afirmaram que preferem a construção do Shopping Popular em outro local.

Com base nos dados obtidos na pesquisa de campo pode-se notar que a maioria desses trabalhadores são realmente migrantes, que vieram para o Amapá em busca de melhores oportunidades e se depararam com a falta de emprego, buscando nas atividades informais uma solução para seu sustento, são predominantemente do gênero masculino, com baixa escolaridade e capacitação técnica, sendo que a maioria se encontra exercendo atividade informal há muitos anos, poucos pensam em qualificar-se e empregar-se novamente, a maioria almeja se tornar MEI e expandir o seu negócio. Para grande parte desses trabalhadores, devido ao histórico social, a possibilidade de ascensão econômica é quase inexistente, mas eles lutam diariamente em busca de seu sustento e de melhores condições de vida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego é presença marcante na sociedade brasileira, mais intensa em algumas cidades e regiões, no estado do Amapá especificamente podemos sentir os desdobramentos do desemprego e crescimento populacional na expansão da informalidade, como no centro comercial de Macapá, que ao mesmo tempo é resultado da crescente flexibilização do trabalho e prejuízo parcial dos direitos trabalhistas, onde notamos a cada dia a presença dos trabalhadores ambulantes pelas calçadas das ruas principais da área central, o que nos despertou interesse e curiosidade acerca do tema informalidade no centro comercial de Macapá, a criação do Feirão Popular como expressão dos conflitos existentes e das relações no mundo do trabalho local, foi escolhido como objeto de estudo do presente trabalho.

O Feirão surgiu como uma solução para os trabalhadores retirados das ruas por uma ação da PMM com o objetivo de desobstruir o passeio público, porém o que se percebe é que essa ação não obteve a eficácia necessária haja vista que com o passar do tempo as mesmas calçadas encontram-se ocupadas por novos ambulantes, ou até mesmo por ambulantes que saíram do Feirão e retornaram para as ruas.

Após a análise de dados coletados com a pesquisa de campo e a pesquisa bibliográfica foi possível compor uma visão geral do que é o Feirão Popular, do surgimento e das atividades desenvolvidas neste local, assim como analisar o ponto de vista não apenas dos próprios trabalhadores, mas dos clientes acerca do mesmo e por fim, traçamos o perfil dos trabalhadores.

A pesquisa de campo confirmou a hipótese inicial de que a maioria dos trabalhadores é oriunda de outros estados, ou seja, a questão da migração como um dos motivos do aumento do setor informal no estado, e posteriormente na capital macapaense.

Outra hipótese confirmada ao decorrer do trabalho é o baixo grau de escolaridade dos trabalhadores, onde constatamos que 48% dos entrevistados não possuem ensino médio completo e apenas 04% tem nível superior completo, assim vemos que o crescimento populacional e principalmente a migração, associados à baixa escolaridade são fatores que influenciam diretamente o crescimento do trabalho autônomo e informal.

Os trabalhadores remanejados para o Feirão não possuem perspectiva a curto e médio prazo para a construção do Shopping Popular, levando em consideração que a obra sofreu embargo, por não ter embasamento técnico e parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que proíbe qualquer tipo de construção na área que ultrapasse dois pavimentos, o que resultou na suspensão da obra, que se encontra em inatividade até o presente momento.

Podemos concluir, que apesar dos esforços da Prefeitura de Macapá e do Governo do Estado, este modelo de como tratar a questão da economia informal local, não é a melhor opção, enquanto não há um Shopping Popular, o número de trabalhadores nas ruas se eleva em velocidade impressionante, o que mostra a impossibilidade de se construir vários espaços para acomodar todos esses trabalhadores. É uma questão muito mais profunda, que envolve processos sociais de inclusão de massas de trabalhadores em um sistema de saúde, educação e economia.

Em consequência dos fatos mencionados anteriormente, até o momento os trabalhadores ainda encontram-se lotados no Feirão Popular, onde trabalham diariamente apesar das adversidades encontradas ao longo dos anos e ainda lutam por melhores condições de trabalho enquanto aguardam a construção do Shopping Popular.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Elizabeth S.; ALMEIDA, José Rubens M. **Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p. 238-250, mai. 2009 – ISSN: 1676-2584

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educ. Soc. Campinas**, vol. 25, n. 87, p.333-351, maio/ago, 2004.

Área de Livre Comércio de Macapá - Santana/AP – Diagnóstico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento/Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais: SUFRAMA. Org. – 1ª ed. – V. 3 – Manaus: SUFRAMA, 2014.

BETTIOL, Tania Mary. A informalidade do trabalho na Brasil dentro da perspectiva histórica. In: **Congresso Internacional de História**. Maringá (PR), 2009.

BRASIL. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Dados de site oficial do IBGE, acessado em 24/07/16. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em 15 mai. 2017.

CACCIAMALI, M. C. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983. (Série Ensaios Econômicos, n. 26).

_____. Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina. In: **São Paulo em Perspectiva**, Seade, São Paulo, v.16, n. 2, 2002.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CARLOS, Elden. **Força tarefa não encontra mais resistência durante desocupação de calçadas**. Diário do Amapá, Macapá/Ap, 07 julho, 2009.

HART, Keith; OLIVEN, Ruben George; DAMO, Arlei Sander. **Trechos de Entrevista**. Universidade do Rio Grande do Sul- Brasil. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n.45, p. 371-394, jan/jun. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000100371>. Acesso em 09 Novembro 2016.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal**: aspectos conceituais e teóricos. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil, Documento de trabalho n.4). Brasília: OIT, 2010.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LEÃO, Richard D. C. **Os Camelôs e Ambulantes da cidade de Macapá (AP)**: contribuições sociológicas para os estudos sobre o Mercado Informal. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2009. 126 f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

_____. Os Camelôs e Ambulantes da cidade de Macapá (AP): contribuições sociológicas para os estudos sobre o Mercado de Trabalho Informal (1991-2009). **Anais eletrônicos da 40ª Reunião Anual da ANPOCS**. Caxambú (MG): ANPOCS, 2016. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st34-3/10548-os-camelos-e-ambulantes-da-cidade-de-macapá-ap-contribuicoes-aos-estudos-sociologicos-sobre-o-mercado-de-trabalho-informal-1991-2009/file>>. Acesso em 15 Abr 2017.

MACAPÁ (Município). **Lei Complementar nº 027** – PMM, de 24 de junho de 2004. Dispõe sobre o licenciamento, autorização e fiscalização das atividades das atividades socioeconômicas do município de Macapá e dá outras providências.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador, n.37, p. 81-109, Jul/Dez. 2002.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcances e limites das teorias da modernização. **Rev. adm. Empre.** Vol.10, nº 3, São Paulo, Jul/Set, 1970.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 1, 31ª edição. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2013.

MEZA, Maria Lucia; BULGACOV, Sergio. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou fuga da exclusão?. **Revista de Administração Pública - RAP**. Rio de Janeiro 45(3): 695-720, Mai/Jun 2011.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal e injusto: percepções de mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, nº 53, out. 2003.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2013.

_____. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: _____. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, v.1.

SUISSO, Flávia. **Trabalho informal no Brasil contemporâneo**, 2005.

THEODORO, Mário. **As características do mercado de trabalho e as origens do trabalho informal no Brasil**. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2009.

_____. **As bases da política de apoio ao setor informal no Brasil**. Brasília: Ipea, 2000.

APÊNDICE



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE PESQUISA
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

1- Sexo:

Masculino Feminino

2 - Idade: _____

3 - Naturalidade: _____

4 - Situação conjugal:

Solteiro Casado União estável

5 - Quantos filhos você tem?

1 2 3 4 acima de 4 nenhum

6 - Quantas pessoas dependem financeiramente do seu trabalho?

7 – Qual sua principal atividade econômica?

8 - Qual a sua média de lucro mensal?

até R\$ 788,00

- de R\$ 789,00 a R\$ 1.576,00
- de R\$ 1.577,00 a R\$ 2.364,00
- de R\$ 2.365,00 a R\$ 3.152,00
- acima de R\$ 3.152,00
- não informou

9 - Qual o seu grau de escolaridade?

- Analfabeto
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino médio incompleto
- Ensino superior incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio completo
- Ensino superior completo

10 - Qual motivo levou você a exercer a atividade autônoma?

- Por escolha própria e não por falta de opção
 - Por não conseguir um emprego formal, ou seja, em uma instituição privada ou pública.
 - Outros:
-

11 - A quanto tempo você trabalha por conta própria? _____

12 - Qual a sua perspectiva para o futuro em relação a trabalho e emprego?

- Continuar exercendo minhas atividades como trabalhador autônomo
 - Qualificar-me e conseguir um emprego em uma empresa privada ou órgão público
 - Continuar trabalhando por conta própria e tentar desenvolver as atividades e tornar-me possivelmente um Micro-empresário.
 - Outros:
-

13 - Você tem cadastro de microempreendedor individual com inscrição no CNPJ?

- Sim
- Não

14 - Na sua opinião, de que forma se deu a retirada dos vendedores ambulantes das ruas para posteriormente serem transferidos para o feirão popular?

15 - Em relação a retirada dos trabalhadores das ruas para o feirão popular, na sua opinião quais são:

As principais vantagens:

As desvantagens:

16 - Em sua opinião, qual seria a melhor solução para a questão dos trabalhadores que exercem suas atividades no feirão popular?

a) Continuar no local onde se encontra o feirão popular. Por quê?

b) A construção do shopping popular e o remanejamento dos trabalhadores para o mesmo. Por quê?



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS – TRABALHADORES DO FEIRÃO
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1 – Vc estava desde o início da criação do feirão? Se não: a quanto tempo está aqui e como foi para vir para o Feirão?
- 2 – Se está desde o início, vc presenciou a remoção dos trabalhadores das ruas? Como foi?
- 3 – Em sua opinião, quais as vantagens e desvantagens de estar no feirão?
- 4 – Onde vc compra os produtos para revender? Quem são os fornecedores?
- 5 – Como é o relacionamento entre os trabalhadores do feirão? Existe algum código de ética entre vcs?
- 6 – Vc almoça no local de trabalho ou nas redondezas?
- 7 – Vc trabalha sozinho ou conta com a ajuda de algum parente ou amigo?



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE C – ROTEIRO DE PERGUNTAS – CLIENTES DO FEIRÃO
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1 – Qual a sua opinião sobre o Feirão Popular? Por quê?
- 2 – Quais motivos te levaram a comprar no Feirão popular?
- 3 – Vc compra com frequência?
- 4 – Vc já teve algum problema em relação a compras no feirão?
- 5 – Qual a sua opinião sobre o atendimento no Feirão?
- 6 – O que vc acha da localização do Feirão?
- 7 – Qual a sua opinião sobre a qualidade dos produtos comercializados?



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE D – ROTEIRO DE PERGUNTAS – ASPECOAMA
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1 – Como surgiu a associação?
- 2 – A associação possui algum banco de dados com cadastros de trabalhadores do Feirão Popular?
- 3 – Se sim, quantas pessoas compõem esse cadastro?
- 4 – Em sua opinião, a ação da prefeitura de retirar os trabalhadores das ruas para o Feirão foi a escolha certa? A ação teve eficácia?
- 5 – Como é a estrutura e o funcionamento da associação?
- 6 – Qual a influência da associação para a criação do Feirão Popular?
- 7 – Qual a sua opinião sobre a ocupação das calçadas pelos trabalhadores?
- 8 – Como foi a relação inicial da Associação com a Prefeitura?
- 9 – Como é a Relação com a Prefeitura atualmente?
- 10 – Ao retirar os vendedores ambulantes das ruas, a SENDUH já tinha um local planejado para aloca-los?
- 11 – Qual a sua perspectiva em relação a construção do shopping do Feirão Popular?



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE E – ROTEIRO DE PERGUNTAS – SEMDEC
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1 – A secretaria possui algum banco de dados com cadastros dos empreendedores informais de Macapá?
- 2 – quantas pessoas compõem esse cadastro?
- 3 - Qual as principais dificuldades encontradas pela prefeitura para controlar, cadastrar, acompanhar e medir o numero empreendedores individuais?
- 4 - A prefeitura contemplou com cursos, programa de capacitação, linhas de credito ou outros benefícios específicos para os trabalhadores do Feirão popular?
- 5 - Tem algum indicativo, taxa ou números de quantas pessoas saíram do setor informal de trabalho e passou para a formalidade.)
- 6 – a ocupação das calçadas no centro de Macapá está dentro dos parâmetros considerados normais? Por quê?
- 7 – Dos empreendedores que estão desde a transferência das ruas para o feirão, quantos ainda permanecem no Feirão?
- 8 – Em sua opinião, que motivos levaram esses trabalhadores a deixar o espaço do Feirão?
- 9 – Quais as ações da prefeitura no sentido de assegurar o espaço para o pedestre e para o trabalhador?
- 10 – Em relação ao Feirão popular, quais os motivos para a sua criação?
- 11– Quais seriam as vantagens para os trabalhadores que ali se encontram? E as desvantagens?
- 12– Qual o plano da prefeitura de Macapá para o Feirão Popular, permanecer onde está ou a criação de outro espaço para alocar esses trabalhadores?

13 – Se a opção for a criação de outro espaço, que local seria e como seria? Qual a previsão?

14 – Ao retirar os vendedores ambulantes das ruas, já havia um local planejado para aloca-los?



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE F – ROTEIRO DE PERGUNTAS – SEMDUH
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1 – A secretaria possui algum banco de dados com cadastros de trabalhadores informais de Macapá?
- 2 – Quantas pessoas compõem esse cadastro?
- 3 – A ocupação das calçadas no centro de Macapá está dentro dos parâmetros considerados normais? Por quê?
- 4 – Quais as ações da prefeitura no sentido de assegurar o espaço para o pedestre e para o trabalhador?
- 5 – Em relação ao Feirão popular, quais os motivos para a sua criação?
- 6 - Por que se decidiu retirar os empreendedores individuais das ruas – Candido Mendes? Qual era o objetivo?
- 7 - Essa decisão foi eficaz, alcançou o seu objetivo?
- 8 - Como esta essa rua hoje, o passeio publico esta desobstruído?
- 9 – Quais seriam as vantagens para os trabalhadores que ali se encontram?
- 10 – Qual o plano da prefeitura de Macapá para o feirão Popular, permanecer onde está ou a criação de outro espaço para alocar esses trabalhadores? Qual a previsão?
- 11 – Se a opção for a criação de outro local, que local seria e como seria?
- 12 – Ao retirar os vendedores ambulantes das ruas, a SENDUH já tinha um local planejado para aloca-los?



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

APÊNDICE F – ROTEIRO DE PERGUNTAS – SEBRAE
PROJETO: “FEIRÃO POPULAR” NA ÁREA CENTRAL DE MACAPÁ: HISTÓRICO,
INFORMALIDADE E RELAÇÕES DE TRABALHO

- 1 – Quais são as principais vantagens e desvantagens para o trabalhador se tornar Microempreendedor Individual?
- 2 – O Sebrae possui algum tipo de programa ou ação voltado para os trabalhadores do feirão popular?
- 3 – Quais seriam os possíveis motivos para o desinteresse dos trabalhadores procurarem se transformar em MEI? Questão de desconfiança, desconhecimento ou por não achar vantajoso?
- 4 – Qual o procedimento para se tornar MEI?
- 5 – Quais os custos?
- 6 - Qual a porcentagem de crescimento de MEI no estado do Amapá?